

A FUNÇÃO AUTOR-REVISOR E A RECONFIGURAÇÃO DO ENUNCIÁVEL: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A REESCRITA DE LIVROS

THE FUNCTION AUTHOR-REVISER AND THE RECONFIGURATION OF THE ENUNCIABLE: A DISCURSIVE VIEW ON THE REWRITING OF BOOKS

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva¹

RESUMO: Ao focalizar as práticas discursivas do sujeito-autor-revisor, este artigo examina as condições sócio-históricas sob as quais certas parcelas do saber científico perdem sua hegemonia graças ao processo discursivo de reescrita de livros. À luz da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana, elucidamos os mecanismos ideológicos responsáveis pela continuidade/ruptura de paradigmas no interior das Ciências. A análise permite compreender os modos de reconfiguração do enunciável de uma formação discursiva.

Palavras-chave: ciência; autoria; reescrita; discurso.

ABSTRACT: By focusing the discursive practices of the subject-author-reviser, this paper examines the social-historical conditions by means of which some parts of scientific knowledge lose their hegemony by grace of the discursive process of books rewriting. Under the light of the traditionally Pecheutian Discourse Analysis, we elucidate the ideological mechanisms which are responsible by the continuity/rupture of paradigms inside Sciences. Our analysis makes possible for one to comprehend the way how the enunciable stuff of a discursive formation is reconfigured.

Keywords: science; authorship; rewriting; discourse.

INTRODUÇÃO

No presente artigo², investigamos as práticas discursivas do sujeito-autor-revisor, ou seja, daquele sujeito que, sendo autor de um dado livro, retoma-o para reformular trechos da obra. Nesse sentido, tomamos como objeto de análise o

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² A pesquisa da qual resulta este artigo recebeu apoio da CAPES.

processo discursivo de reformulação de livros, com vistas a examinar as condições sócio-históricas sob as quais certas parcelas do saber científico, em razão de todo um trabalho discursivo do sujeito, perdem seu posto hegemônico e cedem, pois, lugar a outras parcelas de saber então incipientes (SILVA, 2009).

Partimos do pressuposto de que, como afirma Zandwais (2005, p. 84), se não é possível “julgar o espírito de uma época” apenas por aquilo que ela pensa de si mesma (visto que cada época impregna-se “de suas verdades, e, portanto, de suas formas de inclusão de saberes em torno de como se legitimam determinadas práticas sociais/discursivas em detrimento de outras”) então, deve-se, ao menos, “apreender suas relações de contradição”, para que se possa “investigar sob que condições determinados saberes tornam-se hegemônicos ou legitimados superestruturalmente e passam a exercer determinadas formas de controle sobre outros”. Cumpre, pois, investigar essas práticas discursivas e flagrar o momento sócio-histórico em que se instauram certos deslocamentos e bloqueios, cuja emergência lança o sujeito de volta à dispersão de posições ideológicas e, simultaneamente, obriga-o a tomar alguma nova posição.

Interessa-nos, de modo geral, analisar as lutas linguístico-históricas de ideias, e, para isso, a designação “processo discursivo” é fundamental, uma vez que permite investigar os mecanismos de discursivização de saber. Sustentando-nos pelo campo da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana (ou AD), pretendemos aqui elucidar os mecanismos ideológicos que, no processo discursivo de reescrita de livros teóricos, respondem pela continuidade/ ruptura de paradigmas. Para tanto, analisamos diferentes pares de edições, todos referentes a livros que se inscrevem no domínio das Ciências Humanas.

Vale dizer que o gesto de refletir sobre a questão do *paradigma em ciência* tem sido classicamente atribuído a Kuhn (1997, p. 30), autor para o qual o termo “paradigma” refere “alguns exemplos aceitos na prática científica real”, que “incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação” e “proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica”. Cabe, porém, ressaltar que, no presente artigo, falaremos de continuidade/ ruptura de paradigmas à luz de reflexões feitas por Pêcheux (algumas das quais tendo sido produzidas em coautoria com Fichant).

Devemos também dizer que, em se tratando do processo discursivo de reformulação de livros, reescrever é mais do que simplesmente imergir na dialética entre “apropriar-se” de novas parcelas de saber e “desfazer-se” de certas outras. Reescrever, nesse caso, é posicionar-se como sujeito-autor-revisor; e isto, por si só, às vezes engendra grandes polêmicas (como veremos mais adiante), na medida em que nem sempre a mudança imposta pela conjuntura sócio-histórico-acadêmica é compatível com a posição teórica do sujeito-autor-revisor. Graças a tal incompatibilidade, por sinal, materializa-se na edição revista um embate ideológico do qual os Prefácios ou Notas do Autor costumam ser o palco privilegiado.

Tais Prefácios e Notas consistem, pois, em espaços para a observação das diferentes relações entre sujeitos, livros, saberes. Orlandi (1990, p. 102), por exem-

plo, ao examinar as reedições sobre o “descobrimento” do Brasil elaboradas por outros sujeitos que não os autores das obras “originais”, afirma que tais reedições comportam, majoritariamente, “um aparelho crítico, composto de prefácios e notas que *remetem ao fio dos textos originais*” [grifos nossos]. Acreditando que as notas e prefácios constituem um “discurso paralelo” e posterior, sob a forma de suplementos ou “acréscimos marginais ao texto”, Orlandi (1990, p. 116) aponta que

Cada reedição resulta em um outro discurso que trabalha os limites (o início e as margens) do texto, ou melhor, da formação discursiva constituída pelo discurso sobre as descobertas. [...] Dada a mudança das condições de produção – os locutores, os leitores, a situação científica, religiosa e política – os comentários, através da acomodação científica, restabelecem o equilíbrio (o mesmo), produzindo uma correção de perspectiva.

Com base no exposto acima, pode-se afirmar que, no caso das edições revistas – foco de nosso interesse –, as notas do Autor e os Prefácios procuram situar a inscrição dessas edições em um processo discursivo mais amplo, atestando com isto a abertura do texto à sua (do texto) exterioridade constitutiva. O espaço dessas notas e prefácios joga, portanto, com a historicidade do texto ao explicitar a mudança das condições de produção no que concerne a cada uma das edições em tela: nelas estão fortemente em jogo, como se verá, as relações contextuais (dentre aquelas concebidas por INDURSKY, 2001; SILVA, 2009), entendendo-se por elas o contexto sócio-histórico, ideológico e, mesmo, político-econômico.

Diante de tudo quanto precede, a questão que trazemos para conduzir a discussão ora pretendida é esta: ao reconfigurar o enunciável de uma formação discursiva, de que modo o exercício da função autor-revisor permite entrever as relações estabelecidas entre o sujeito-autor-revisor, as versões de livro e a conjuntura sócio-histórica que induz à produção da chamada “edição revista”?

Para melhor acompanhamento da reflexão, adiantemos ao leitor, desde já, o percurso a ser aqui seguido: num primeiro momento, tecemos algumas considerações teóricas a respeito das práticas de reformulação; em seguida, mobilizamos sequências discursivas para análise; finalmente, discutimos as diferentes formas pelas quais o sujeito-autor-revisor revela sua relação com o processo discursivo de reescrita e com o “produto” disto, qual seja, a chamada “edição revista”.

1 OS GESTOS DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE SABERES CIENTÍFICOS: BREVES SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Os modos de produção científica são intrínsecos às formas de organização social. Assim, há lugares passíveis de se ocupar por determinada parcela de sujeitos; há hierarquias e conflitos (relações de poder). Nesse contexto, a “aparição” de um campo de conhecimentos liga-se não só aos demais campos que precedem e embasam esse surgimento, mas também às reestruturações formais da sociedade.

De acordo com Pêcheux (1988, p.196-197), uma ciência, tomada no curso de seu desenvolvimento sem fim, é marcada por momentos de “confrontos teóricos que caracterizam o *front* científico das questões, isto é, o *front* da luta pela produção dos conhecimentos”. Tais confrontos “remetem a posições e problemáticas (marcadas, entre outras coisas, pelo uso de ‘shifters’: ‘Nós, partidários da tese x, afirmamos que...’) cuja distribuição pode retrospectivamente ser traçada pela história das ciências” (PÊCHEUX, 1988). Sobre esses confrontos, Pêcheux já havia escrito, por exemplo, *Sur l'histoire des sciences* (1969, trad. port. de 1971), em coautoria com Fichant. É de algumas considerações desse livro que partiremos para elaborar a breve reflexão sobre os processos históricos que não só induzem como também constituem o desenvolvimento das ciências.

Visando a abordar cortes epistemológicos em Física e Biologia, mas expandindo os comentários a qualquer ciência, Pêcheux e Fichant (1971) afirmam que o “corte constitutivo” de uma ciência efetua-se, necessariamente, numa conjectura³ específica no interior da qual “as origens (as filosofias e as ideologias teóricas que definem o espaço dos problemas) sofrem um deslocamento para um novo espaço dos problemas” (*idem*, p.12-13). O novo campo de conhecimentos constitui-se com base em hipóteses e em problemáticas que exigem mudanças. É assim que se vai definindo, segundo os autores, a conjuntura histórica em que se dará uma ruptura com determinados paradigmas.

Pêcheux e Fichant distinguem três modalidades decisivas passíveis de ocorrer ao longo da história de uma ciência, quais sejam: as demarcações, os cortes e as reformulações. Por demarcações (rupturas intra-ideológicas), eles entendem os “aperfeiçoamentos, correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias” (*idem*, p.13) que precedem logicamente um corte epistemológico. Tais aperfeiçoamentos, correções etc. assinalam a existência de todo um processo de acumulação a preceder o instante da ruptura (do corte), determinando, pois, a conjuntura em que esta se produzirá. A partir disso, decorre que o corte epistemológico, propriamente, é concebido como algo que produz um efeito de ruptura.

Quanto ao “processo de acumulação” que o precede, não equivaleria a alguma fase de “aberração pré-científica”, mas sim ao “tempo de formação da conjuntura em que se produzirá o corte” (*ibid.*). O corte epistemológico corresponde a um “ponto sem regresso”: trata-se, pois, de um ponto histórico que, ao mesmo tempo em que impossibilita a retomada de certas noções que o precederam, exige a elaboração de novos conceitos. Daí decorre dizer que ele representa o começo histórico de um campo de conhecimentos, ao inaugurar a produção dos conceitos fundadores, e que ele se constitui numa tomada de posição diante da continuidade/descontinuidade.

Segundo afirmam Pêcheux e Fichant, do corte resulta “determinar uma *autonomia relativa* da nova ciência que lhe corresponde”; a partir do corte, esta última passa a depender de sua própria continuação, “em relação à qual ela está como que

³ O termo é “conjectura” mesmo, e lembramos que o Português de Portugal (a tradução aqui utilizada é de Lisboa) também diferencia, tal como no Brasil, “conjectura” e “conjuntura”.

em suspenso” (*idem*, p. 15-16) [grifos dos autores]. Tal continuação, por sua vez, revela-se dependente não apenas da possibilidade de instituição de um “procedimento experimental” (diríamos: um método) que lhe seja adequado, mas também “das rupturas intracientíficas ou [...] das reformulações da problemática teórica que intervêm na história de uma ciência” (*ibid.*). Os autores fazem questão de sublinhar, ainda, que a atitude errônea de “confundir as simples rupturas intra-ideológicas (ou demarcações), o corte epistemológico (incluindo o seu efeito de ruptura), e as rupturas intracientíficas (ou reformulações)” – como se toda e qualquer reformulação fosse um novo corte e este, por sua vez, não fosse outra coisa senão uma primeira reformulação – “equivale a anular a própria eficácia dos conceitos de corte e de ruptura [...]” (PÊCHEUX; FICHANT, 1971, p. 13).

Em trabalho posterior, Pêcheux (1988) afirma que todo “evento epistemológico” (isto é, ruptura que inaugura uma ciência, ou ainda, descoberta/produção de conhecimento, e mesmo reelaborações) inscreve-se em uma conjuntura historicamente determinada por certo estado das “relações de desigualdade-subordinação”, as quais são responsáveis por determinar os interesses teóricos que se confrontam na referida conjuntura. Por meio dessas relações repercutem, no “todo complexo das ideologias teóricas”, as contradições que constituem as “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (*idem*, p. 191), e isso não apenas no período que antecede o começo histórico de uma ciência, mas também durante o desenvolvimento sem fim que se inaugura através desse começo.

Ao abordar a elaboração dos conhecimentos científicos como processo discursivo, Pêcheux diz que a produção histórica desses conhecimentos não resulta de um mero ato de inovar mentalidades ou de uma criação imaginativa do homem; ela é efeito de todo um processo histórico. E assim, os conceitos de uma dada ciência não possuem exatamente um sentido, mas antes uma dada “função em um processo” (*idem*, p. 193).

Segundo o autor, “vão se formando ‘respostas’ novas a questões que não haviam sido colocadas”, processo esse no qual determinados nomes e expressões (com a referência “evidente” a seus objetos) apagam-se, ao passo que outros emergem “sob o efeito de certos deslocamentos do campo, de certas intrusões ‘incongruentes’ de elementos ‘lançados’, desligados-caídos de outros lugares”, modificando-se, por aí, “a *posição dos problemas*, a *relação* entre as práticas e seu objeto” (PÊCHEUX, 1988, p. 194) [grifos do autor].

Pêcheux defende que a produção de conhecimentos coloca em xeque a hipótese da objetividade científica. Segundo este autor, “o processo da produção dos conhecimentos está, pois, indissociavelmente ligado a uma luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam” [...] (*ibid.*, p.197). Desse modo, o mito da neutralidade científica, da “suposta indiferença com respeito às palavras e da intertradutibilidade das questões para além dos confrontos (reduzidos a polêmicas ou a controvérsias)” mascara o fato de que “a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição materialista, para a qual não há jamais equivalência entre

várias formulações” [...] (*ibid.*). Neste sentido é que não há discurso científico puro, porque todo discurso é ideológico ao resultar de tomadas de posição.

A reflexão precedente é necessária visto que, assim como a instauração de um novo campo de saberes, também a reestruturação do mesmo exige um trabalho de teorização; no caso, um trabalho de redimensionamentos internos. No que concerne ao processo discursivo sobre o qual temos refletido, não estamos diante de algo tão radical quanto um corte epistemológico, mas diante da existência de uma descontinuidade interna⁴. Lidamos com práticas discursivas cujo objetivo é invalidar determinadas parcelas de saber e respectivos posicionamentos a elas vinculados, procedimento esse pelo qual simultaneamente validam a legitimação de outras parcelas de saber e respectivas tomadas de posição. Estamos, enfim, diante da iminência de uma descontinuidade com certas práticas teórico-metodológicas até então vigentes em um dado campo X de conhecimentos.

Vale lembrar, com Pêcheux (1990, p. 56), que todo discurso, simplesmente pelo fato de existir, possibilita uma “desestruturação-reestruturação” das redes de memória, enfim, das filiações de sentido que se vão tecendo. Todo discurso – prossegue o autor – “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” e isto na medida em que ele é simultaneamente “um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço” (*ibid.*).

Destaque-se da citação acima o seguinte: o discurso é efeito e deslocamento dessas filiações, com o que ele reconfigura sem cessar as redes de memória. É exatamente isso o que ocorre no processo discursivo de reescrita de livros, dado que, num determinado momento, o texto de uma determinada edição passa a já não servir, e até mesmo a ser inapropriado, daí decorrendo, então, a necessidade de “atualizar” o livro, desestruturá-lo a fim de reestruturá-lo novamente, desta vez sob outras maneiras. Com isto, cria-se o confronto na hegemonia de saberes que perdem seu posto hierárquico em prol da hegemonia da “nova” parcela. Esse confronto será analisado na próxima seção; convidamos, pois, o leitor a acompanhá-la.

2 SUJEITO, SABER, EDIÇÕES: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A REESCRITA DE LIVROS TEÓRICOS

Não há, propriamente, no caso que ora nos mobiliza, uma sucessão de edições; aliás, estas coexistem, apesar da ilusão de que uma invalida a outra. O que ocorre, verdadeiramente, é a sucessão de uma dada relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura X” por outra relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura Y”.

Analisemos, agora, o processo discursivo de reescrita de livros teóricos, com

⁴ Descontinuidade essa que, nesse caso, não implica ruptura, mas apenas disputa interna pela hegemonia.

vistas a responder como o exercício da função autor-revisor permite entrever as relações estabelecidas entre o sujeito-autor-revisor, as versões de livro e a conjuntura sócio-histórica que induz à escrita da “edição revista”. Para fins metodológicos, utilizaremos as seguintes notações: SD para “sequência discursiva”; EP para “edição de partida”; ER para “edição revista”; e Ø para indicar a ausência, na EP, de formulações passíveis de cotejo.

Pensemos, inicialmente, a respeito dos embates com modos de enunciar. Para tanto, observemos as duas sequências discursivas abaixo, ambas extraídas da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (1959; 1972):

(SD1)

EP – Por já existir notável convizinhança entre a terminologia nele adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a norma oficial, foi-nos empresa sobremodo fácil – no caso de *simples opção entre nomes* – proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra./ *Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOUTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar* – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino./ Para satisfazer este último aspecto, deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, *as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facetas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da Nomenclatura Gramatical Brasileira.* Assim se conciliam, ao parecer, a utilização didática do livro e as linhas-mestras das convicções do Autor. (ROCHA LIMA, 1959, p. 1-2; itálicos nossos, caixa alta de Rocha Lima).

ER – Ø

(SD2)

EP – Ø

ER – A partir de certa altura de sua jornada, teve *este livro* o texto estereotipado, e, pois, irrefundível./ Em razão disso, *não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas ideias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, [...].* (ROCHA LIMA, 1972, No Liminar – desta 15ª edição – p. X; grifos nossos).

Desde a edição de 1959, já se pode ver materializada na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, a contra-identificação do sujeito-autor quanto a uma dada parcela de saberes: no caso, trata-se das normas impostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Neste sentido, a SD1 revela o conflito de um sujeito dividido entre dois posicionamentos, quais sejam: o do sujeito que realiza as alterações que dele se espera – ou seja, o “bom-sujeito” pecheutiano que obedece às imposições da NGB – e, no mesmo texto, o do sujeito que contesta certas normas do documento oficial – logo, o “mau-sujeito” pecheutiano, relido por Indursky (2008) como o sujeito que, ao se contra-identificar com certa parcela de saberes,

instaura um acontecimento enunciativo, na medida em que seu trabalho opera na/ sobre a forma-sujeito. Linguisticamente, vemos que, na EP, a conjunção “Mas” é a responsável por denunciar esse conflito ideológico; veja-se: a formulação “foi-nos empresa sobremodo fácil – no caso de *simples opção entre nomes* – proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra” é imediatamente seguida, em novo parágrafo, por “Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino” (ROCHA LIMA, 1959, p.1) [italico nosso; caixa alta de Rocha Lima].

Gostariamos de resgatar aqui algumas considerações pecheutianas que expusemos na primeira seção do presente artigo; lembremos que o processo de produção dos conhecimentos encontra-se “indissociavelmente ligado a *uma luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam*” [...] (PÊCHEUX, 1988, p. 197) [grifos nossos]. Resulta daí, aliás, a afirmação do autor de que a neutralidade científica é nada mais que um mito e, logo, não há qualquer “indiferença com respeito às palavras” (*ibid.*). Isso é claramente constatável na SD1, da qual estamos falando: vê-se que a contra-identificação do sujeito instaura um confronto a propósito de conceitos/ definições que um posicionamento ideológico X (e não outros) permite atribuir a uma dada categoria Y. Ou seja: lá onde “as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA” (ROCHA LIMA, 1959, p.1) [caixa alta do autor], subjazem certas tomadas de posição que, por sua vez, têm cada qual o seu modo próprio de construir e de significar a metalinguagem própria à Gramática.

É por isso, inclusive, que em certas Gramáticas (a de Bechara, por exemplo) pode-se encontrar o vocábulo “não” como advérbio de negação e, em outras – aí incluídas a de Rocha Lima –, isto não acontece. O que dizer sobre as implicações disto? Mais uma vez, lembremos Pêcheux: não há discurso científico puro, porque todo discurso é ideológico ao resultar de tomadas de posição.

A importância de problematizar o que ocorre nesta edição (EP) é essencial para que se compreenda o quanto isso permanece implícito na edição revista, a qual não comporta nem a advertência (da qual se extraiu SD1) e, tampouco, o Apêndice que explicita as implicações, para a *Gramática*, da contra-identificação do sujeito-autor. Dadas as referidas ausências, a contra-identificação do sujeito-autor quanto à NGB é materializada, em ER, apenas no interior dos capítulos.

Passando então à SD2, vemos que também ela toca em questões de convicção teórica, ao lembrar a trajetória de elaboração dessa *Gramática* de Rocha Lima. A SD2, especialmente, revela ainda que o sujeito não é livre para dizer o que quiser, na medida em que há um controle sócio-histórico sobre a produção do livro. Retome-se desta SD o que se segue: a partir de uma determinada “altura de sua jornada” – afirma Rocha Lima na edição revista – “teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível./ Em razão disso, *não pôde o Autor* [no caso, ele próprio], *muito a seu malgrado*, carrear para a obra novas ideias, novas doutrinas, novos métodos – enfim,

a visão nova que passou a ter” (1972, p. X) [grifos nossos].

Se, conforme afirma Pêcheux (1990; 1997), há formas de controle da leitura e da interpretação (estas últimas não podem ser quaisquer umas), então há, igualmente, formas de controle da produção e circulação de livros – o que, aliás, já está bem sinalizado, fora da AD, por Foucault (2006). Na conjuntura específica da edição de 1972, pode-se facilmente perceber que há aí um conflito desfeito, na medida em que a conjuntura em questão, ao contrário da anterior, já possibilita ao autor introduzir modificações. A interdição do novo – avesso daquilo que se costuma observar no processo de reformulação, afinal, costumam-se interditar saberes anteriores, não novos – cede enfim lugar à interdição do antigo, e o sujeito-autor vê-se agora “livre” (isto, sabe-se, é ilusão, no quadro teórico da AD) para enunciar inclusive a sua discordância quanto às imposições colocadas pelas diferentes conjunturas da produção de cada uma das edições.

Considerar a historicidade da edição revista permite dizer que se a conceitualização não desempenhasse papel tão fundamental, não seria o aspecto mais afetado pela reformulação e o foco do estranhamento entre sujeito-autor (ao qual se liga o nome de Rocha Lima) e a instituição referida indiretamente por “a norma oficial” e por “Nomenclatura Gramatical Brasileira”. Notadamente, o sujeito-autor-revisor não é completamente submisso à totalidade da parcela hegemônica (representada pela NGB, cf. SD1) que impõe, sob a forma de Portaria Ministerial, o que deve ser dito. E o mais interessante é que, nesta, se pode ler que Rocha Lima é um dentre os nomes designados pelo Ministério da Educação e Cultura, com vistas a estudar e propor, para fins didáticos, um “projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical”; é, pois, em decorrência desse fato que nascem as polêmicas de ordem teórica. Como se vê, certamente não houve um consenso entre os diferentes gramáticos designados para unificar a nomenclatura gramatical.

As relações de poder instauradas no/pelo discurso atestam que, apesar de o processo discursivo de reformulação de livros decorrer de exigências imputadas ao sujeito-autor, as questões sociais, teóricas e pedagógicas implicadas no/pelo mencionado processo não se sobrepõem à posição teórica daquele que responde pelo livro X (este enquanto uma unidade coerente) e pelos saberes que ali figuram: evidentemente, é sempre um renomado gramático o mais autorizado a escrever edições de *Gramática*, e ele não querará ver a si atribuídos modos de dizer não defendidos como válidos.

Nessa direção, lembre-se que a autoria enquanto função assumida por um sujeito é, segundo Orlandi (2007), aquela que está mais determinada pela exterioridade, ou seja, pelo contexto sócio-histórico: “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (*idem*, p.75). Ainda conforme Orlandi, “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico” (*idem*, p.76).

Tendo sido exposto tudo o que precede, passemos ao segundo recorte de seqüências discursivas, que permite refletir a respeito das relações não só entre o

sujeito e a reescrita, mas, notadamente, entre o sujeito, o saber e as edições de livro. Vejamos as duas SDs abaixo:

(SD3)

EP – Ø

ER – *O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título [...]. A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial* Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão [...], modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética. (TODOROV, 1976, p. 7; grifos nossos).

(SD4)

EP – Ø

ER – *Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. Dificilmente haverá seção da Moderna Gramática Portuguesa que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento [...]* (BECHARA, 2005, p. 19; grifos nossos).

Examinemos agora as SDs 3 e 4: temos em ambas o caso em que o sujeito-autor-revisor pontua claramente sua contra-identificação com o posicionamento que assumira na EP, e, com isto, coloca de modo explícito a nova conjuntura. Nessas SDs, figura o alerta de que o texto de ER é, na verdade, outro, diferente daquele da EP e assumido como algo que é, de fato, uma reelaboração.

Falemos primeiramente da SD3, cujas formulações provêm da “Nota sobre esta edição”, escrita por Todorov para a edição revista de *Estruturalismo e Poética* (1976). É dominante, nessa SD, o *lugar de entremeio* de um sujeito-autor-revisor *oscilante* entre dizer do mesmo e dizer do outro, na medida em que há um limite para a diferença, senão o texto já não poderia inscrever-se num “projeto inicial” semelhante ao da versão anterior (a saber: pensar a Poética em sua relação com o Estruturalismo). Veja-se a formulação de Todorov (1976): “o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira” (cf.SD3).

Constata-se, a partir daí, o fato de que antes mesmo de revelar um compromisso social com o sujeito-leitor e com a produção de conhecimento, o processo de reformulação sinaliza o compromisso do sujeito-autor com sua própria condição. Isto porque tal sujeito só se reconhece como autor se aquilo que ele produz lhe aparece como algo de que se possa enunciar: “faz sentido publicar isso”; ora, EP já não se enquadra mais neste perfil.

Já Bechara parece assumir o posicionamento que categoricamente situa a edição revista como um livro verdadeiramente outro. Observe-se a SD4, cujas formulações

figuram no Prefácio escrito por Bechara à 37ª edição (a edição revista, justamente) de sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005). A afirmação de que se trata efetivamente de um outro livro em nada semelhante à edição anterior (como se lê em “verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro”) permite flagrar mais facilmente o novo acontecimento enunciativo que se instaura no interior da FD.

Pensando agora o conjunto das SDs ora mobilizadas, podemos dizer que a análise dos distintos posicionamentos assumidos pelos sujeitos viabiliza alcançar o funcionamento da heterogênea forma-sujeito de cada uma das formações discursivas em questão (quais sejam: Poética e Gramática), no modo como esse funcionamento se vê subordinado a condições de ordem sócio-histórica (ideológica, mas também jurídica e, até mesmo, econômica, para citar aqui os principais fatores).

As análises realizadas revelaram, ainda, que a edição revista desdobra-se num gesto simultâneo de proximidade e distanciamento quanto à edição anterior (EP): proximidade em virtude das determinações ideológicas que ainda permitem a manutenção da parcela repetível de saberes; distanciamento em virtude de tudo o que, uma vez precisando ser esquecido, deve ser ressignificado, embora subteraneamente retorne como avesso do intradiscurso (ou seja, daquilo que está sendo escrito pelo sujeito).

PARA CONCLUIR

A reflexão e análises precedentes possibilitaram examinar o funcionamento discursivo da reescrita de livros teóricos e, por aí, compreender os modos de continuidade/ruptura de paradigmas implicados por essa prática de reformulação de saberes. Pudemos, assim, capturar os embates do sujeito com a ideologia no exato instante em que tais embates colocam em jogo a fronteira entre o “enunciável” e o “não-mais-enunciável” da formação discursiva no interior da qual (e somente nele) o sujeito-autor constitui-se como sujeito de seu discurso.

A partir daí, foi possível constatar que a reprodução (repetição) e a transformação, ou ainda, a continuidade e a ruptura de paradigmas, revelam-se indissociáveis do/no processo discursivo em tela, atravessando tanto a produção, quanto a reformulação do conhecimento, ou, dito diferentemente, as práticas discursivas pelas quais se fazem circular novos saberes.

Através do presente artigo, pudemos elucidar os mecanismos ideológicos subjacentes ao processo discursivo de reformulação de livros teóricos. Pensando-se o papel específico da *ideologia* no processo discursivo examinado – já que ela está diretamente vinculadas às condições sócio-históricas graças às quais se desloca a hegemonia de saberes –, torna-se, pois, possível afirmar que a ideologia atua não tanto sobre a falta, quanto, notadamente, sobre a hipótese da completude. A esta ilusão de completude, por sua vez, vincula-se a ilusão de que tudo aquilo que devia ser de fato modificado o foi, e tudo aquilo que deveria ser dito na ocasião da nova conjuntura, igualmente o foi.

A ideologia atua, também, na circulação de saberes, por meio da divisão desigual de parcelas dos mesmos; e atua, ainda, na (re)produção/transformação de parcelas de saber pelo sujeito-autor-revisor, na medida em que, de modo heterogêneo e sempre singular, funciona gerenciando os processos de (res)significação.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. Trad. por Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006. (Trad. de: *L'ordre du discours*, 1971).
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p.27-42.
- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias – sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 9-33.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.
- _____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. por Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988. (Trad. de: *Les vérités de la Palice*, 1975).
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990. (Trad. de: *Discourse: structure or event?*, 1983).
- _____. Ler o arquivo hoje. Trad. por Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura – da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 55-66. (Trad. de: *Lire l'archive aujourd'hui*, 1982).
- PÊCHEUX, M.; FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Trad. por Francisco Bairrão. Lisboa: Estampa, 1971. (Trad. de: *Sur l'histoire des sciences*, 1969).
- SILVA, A. P. L. V. *Entretexualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.
- ZANDWAIS, A. Relações entre a Filosofia da Práxis e a Filosofia da Linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador. In: _____. (Org.). *Mikhail Bakhtin – contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. *Ensaios*, Porto Alegre, 20, p.83-100, 2005b.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl.; 15. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1959.

_____. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 15. ed. (refundida). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

TODOROV, T. *Estruturalismo e poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *Estruturalismo e poética*. 4. ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.